

Etanol: consumidor paga 23,04% em impostos

Combustível tem no estado um dos maiores tributos do país, mostra pesquisa da Esalq

EVELINE ZERIO

Da Gazeta de Piracicaba
Eveline.zerio@gazetadepiracicaba.com.br

●●●●● A carga tributária do etanol no estado de São Paulo é uma das mais altas do país, apesar do produto ser um dos carros-chefes da economia brasileira - principalmente depois do ano 2000, quando houve um crescimento da demanda mundial por combustíveis renováveis. Uma pesquisa da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) mostrou que o consumidor paga 23,04% em impostos no valor final do combustível.

A conclusão faz parte de um estudo do programa de

pós-graduação do economista Leonardo Coviello Regazzini. Ele mapeou o custo tributário do setor, do momento da produção à comercialização do etanol. No preço médio atual, R\$ 1,769 em Piracicaba, os tributos chegam a custar até R\$ 0,40 ao consumidor, por litro.

A pesquisa levantou em conta as características desejáveis a um sistema tributário e avaliou a presença destas características nos impostos incidentes sobre o setor em todos os elos de suas cadeias no estado de São Paulo nos anos de 2000 e 2008. "Uma das ferramentas das quais o governo dispõe para aumentar a competitividade de um setor da economia é a desoneração tributária", observou o autor da pesquisa.

Segundo Regazzini, 17,18% do valor final do álcool refere-se a ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias



Atualmente, os tributos representam R\$ 0,40 no litro de etanol

e Serviços) e PIS/Cofins. O restante é formado por encargos trabalhistas, ITR (Im-

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), Imposto de Renda e CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido).

Em São Paulo, a alíquota de ICMS é de 12%. O PIS/Cofins representa 3,65% na usina e 8,20% na distribuidora. Não há nenhum estudo em andamento para reduzir a alíquota do ICMS do etanol, de acordo com a assessoria da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

●●OUTROS. Segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), outros produtos recebem uma taxa tributária elevada e reflete no preço final ao consumidor. Esse é o caso do adoçante (37,19%), da carne bovina (17,47%), do catchup (40,96%), das frutas (21,78%), gelatina (37,19%), maionese (33,77%), margarina (35,98%) e vinho (54,73%).

Claudio Coradini